

TENDÊNCIAS ATUAIS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA.

Manuel Correia de Andrade*

A FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA NO BRASIL

O ensino da Geografia em nível universitário no Brasil só foi iniciado na década de Trinta, quando foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, com cursos de Licenciatura em Geografia e História, e as Faculdades de Administração e Finanças, onde era ministrada uma disciplina de Geografia Econômica. Nesse período o Governo, desejando desenvolver um projeto de modernização e de ocupação do espaço brasileiro, criou também um Instituto de Geografia e Estatística, para trabalhos de pesquisa, de planejamento e de racionalização administrativa do país. Estes fatos se deram em uma mesma década, após a Revolução de Trinta, quando, em decorrência da crise econômica mundial, a velha república oligárquica, dominada pelos fazendeiros de café de São Paulo e pelos criadores de gado de Minas Gerais, perdeu parcialmente o controle do poder, para grupos ascendentes da classe média, aliados a militares e a empresários.

Vitoriosa a Revolução de 30, tivemos um longo período ditatorial, de 1930/34 e 1937/45, interrompido por um pequeno período em que as instituições funcionaram sob uma Constituição, em grande parte inspirada na Constituição Alemã de Weimar. A mudança dos grupos que controlavam o poder desencadeou um processo de modernização, inicialmente indeciso entre posições socialistas e posições de tendências fascistas, tendo estas últimas ascendido

após 1935, quando a chamada Aliança Nacional Libertadora, uma frente única de centro-esquerda, perseguida e dissolvida pelo Governo, provocou uma insurreição, logo dominada, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Daí a grande perseguição aos comunistas, aos socialistas e aos liberais e a ascensão da ideologia corporativista que passou a dominar após o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo, baseado em uma constituição outorgada, inspirada no modelo polonês.

Na área do ensino e da produção de conhecimento geográfico, o processo modernizador foi iniciado com a fundação da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935), quando foram criadas as faculdades que deveriam formar pesquisadores e professores de ensino médio, nos vários ramos do conhecimento. Para a Geografia esta seria a grande oportunidade, sabendo-se que o Brasil, país de dimensões continentais (8.456.508m²), e pouco conhecido, tinha um grande campo a ser explorado. A literatura geográfica brasileira já fora iniciada, mas era muito pobre, constituída de ensaios que abordavam temas não geográficos, embora dessem grande importância a certos aspectos de interesse para a Geografia, e de livros especificamente geográficos. Assim, tiveram grande difusão no Brasil, nos fins do século XIX, os livros de Elisée Reclus, *Estados Unidos do Brasil*¹, traduzido para o português por Ramiz Galvão e o de Pierre Denis, *Le Brésil au Xxe siècle*², divulgado em língua francesa que era, então, largamente difundida nos meios culturais brasileiros:

* *Diretor do Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco e Professor de História do Pensamento Geográfico no NPGEO da UFS.*

tos do Brasil em questões de fronteira com a Argentina, a França (Guiana Francesa) e a Bolívia³ e o livro do também diplomata e historiador Joaquim Nabuco, em que defendia os direitos do Brasil em questão fronteiriça com a então Guiana Inglesa⁴; o ensaio de Euclides da Cunha sobre a guerra dos Canudos⁵, o livro de Raimundo Lopes sobre o Maranhão, muito influenciado pelas idéias de Frederico Ratzel⁶, e o livro de Agamenom Magalhães, escrito em 1921, como tese de concurso de Cátedra para o Ginásio Pernambucano, em que o Autor demonstrava um grande conhecimento da geografia francesa, sobretudo dos trabalhos de Emanuel de Martonne, de Vidal de la Blache e de Jean Brunhes⁷.

O primeiro geógrafo brasileiro, moderno, seria porém Delgado de Carvalho; nascido em Paris, filho de exilado, passou toda a juventude na França e ao vir instalar-se no Brasil escreveu uma série de livros sobre o país, abordando temas tanto de geografia física como de geografia regional⁸ e de metodologia geográfica⁹, podendo ser considerado como o iniciador do pensamento geográfico científico no país. Ele também daria uma contribuição aos estudos geopolíticos que se preocupavam com o papel a ser desempenhado pelo Brasil na América do Sul, sobretudo nas áreas da Amazônia e do rio da Prata. Esses estudos seriam desenvolvidos por Evarado Backhausen¹⁰ e por militares como Mario Travessos¹¹, Lysias Rodrigues¹² e mais recentemente pelos generais Golbery do Couto e Silva¹³ e Meira Mattos¹⁴.

A Geografia em nível superior e ensinada de forma sistemática, foi ministrada, inicialmente, por professores franceses, contratados pelas duas universidades surgidas na década de 30 - Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Francis Ruellan. Esses três professores, além de formarem geógrafos na linha da chamada Escola Geográfica Francesa, muito influenciada por Vidal de la Blache escreveram livros muito importantes e numerosos artigos sobre o Brasil¹⁵. Além disto, foi Pierre Deffontaines o fundador, em 1934, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e Pierre Monbeig o consolidador da mesma. Enquanto os dois primeiros tinham maior preocupação com as áreas ligadas às ciências do homem, sobretudo com problemas de regionalização, problemas agrários e com o estudo das cidades, Ruellan, grande geomorfólogo, preocupou-se sobretudo com a formação de geomorfólogos e com a análise do relevo brasileiro. Outros mestres franceses ministraram cursos rápidos, como Pierre Gourou, Emmanuel de Martonne e Maurice le Lannou. De grande influência foram os estudos agrários de mestre alemão Leo Waibel, que trabalhou durante cinco anos no Conselho Nacional de

geografia do IBGE, influenciando os geógrafos jovens que com ele trabalhavam, e escrevendo artigos que depois foram reunidos em livro pelo seu discípulo Orlando Valverde¹⁶.

Dois autores da década de Quarenta merecem uma referência especial pelos rumos que deram à evolução do conhecimento geográfico no Brasil: Caio Prado Junior, misto de filósofo, historiador, economista e geógrafo, profundo conhecedor da filosofia marxista, publicaria o seu principal livro Formação do Brasil Contemporâneo. A Colômbia, onde faz um levantamento da realidade econômica e das características do espaço produzido no território brasileiro, nos fins do século XVIII; infelizmente essa análise não foi continuada, pois não tivemos um estudo semelhante, como ele projetara, do Império e da República¹⁷. O outro autor, Josué de Castro, médico, nutricionista, sociólogo e geógrafo, preocupava-se sobretudo com o problema alimentar no Brasil. Escreveu dois livros básicos para o conhecimento da realidade brasileira e mundial dos meados do século XX, a Geografia da Fome e a Geopolítica da Fome¹⁸. Estes dois cientistas podem ser considerados, junto com Delgado de Carvalho, os fundadores da Geografia Científica no Brasil.

A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA NO BRASIL

As universidades criadas nos anos Trinta, juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tiveram uma grande importância para o desenvolvimento e a consolidação de Geografia Científica no Brasil. O papel mais importante coube, inegavelmente, à Universidade de São Paulo, uma vez que, situada no centro urbano mais rico e mais dinâmico do país, contratou numerosos professores europeus que se conscientizaram de que estavam fundando uma Universidade e preparando uma elite cultural. Além disso, ela pode promover a vinda de professores visitantes estrangeiros, tanto na área de Geografia como das outras ciências sociais, desenvolvendo um programa de Doutorado que levava os melhores alunos, sobretudo aqueles que aspiravam ao magistério superior, a escreverem teses de doutorado, de livre-docência e de cátedra. Muitos professores, impossibilitados de voltar, em vista da Segunda Guerra, que assolava a Europa, aqui ficaram muito mais tempo do que imaginavam. Numerosas teses defendidas nesse período são modelos de trabalho geográfico da chamada escola clássica, onde o doutorando procurava desenvolver estudos regionais. Influenciados por Vidal de la Blache, procuravam desenvolver uma Geografia limitada

em seu objeto e isenta de posições políticas¹⁹. É claro que muitos trabalhos fugiram à rígida geograficidade e abordaram alguns problemas sociais. Outros trabalhos tiveram um interesse puramente físico, onde se notava a influência de De Martonne, e outras com fundamentação biológica, seguindo as linhas traçadas por Max. Sorre²⁰.

No Rio de Janeiro o curso de geografia não teve a estabilidade nem as facilidades e o apoio que teve a Universidade de São Paulo. A Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira, foi logo, por razões políticas, transformada em Universidade do Brasil (hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro), sofrendo grandes modificações nas suas estruturas curriculares. Contou porém com a colaboração de mestres estrangeiros de alto nível, como Francis Rueylan e Pierre Deffontaines e desenvolveu programas em colaboração com o IBGE; que abriu um mercado de trabalho aos recém-formados, possibilitando estágios a estudantes de Geografia. Além dos professores estrangeiros contou com a colaboração do Prof. Josué de Castro, à frente da Cátedra de Geografia Humana.

Além dessas duas universidades, as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, com seus cursos de Geografia e História, foram se difundindo pelo país, com a fundação de instituições de ensino que passaram a preparar sobretudo professores para o ensino médio. Em alguns estados como Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, foram realizados, na década de 60, trabalhos de pesquisa geográfica, ligados aos cursos de Geografia e História.

O IBGE, órgão criado para dar suporte geográfico e estatístico ao Poder Nacional, teve, inicialmente, preocupações de ordem geográfica, realizando o Recenseamento de 1940 - o quinto feito no país - em bases mais confiáveis que os anteriores, e dirigido pelo italiano Giorgio Mortara. Também estabeleceu postos de coleta de dados estatísticos (agências) em todos os municípios brasileiros e instalou as estruturas para o levantamento do mapa do Brasil ao milionésimo e realizou estudos regionais e excursões sucessivas de seus geógrafos a áreas que despertavam maior interesse para o Governo. Uma de suas preocupações iniciais foi a redivisão territorial do país, assunto analisado pelo seu Diretor, em que se procurava fazer uma divisão territorial com maior equilíbrio entre os estados, tendo em vista a desigualdade territorial e econômica dos mesmos, herdada, em grande parte, das estruturas coloniais²¹. O território nacional foi dividido em cinco grandes regiões geográficas, instituindo as mesmas para efeito de utilização estatística²². Estudos foram

feitos em áreas de grande concentração de colonos de origem não lusitana, alemães e italianos do Sul do Brasil²³, e em áreas que seriam abertas ao povoamento e onde seriam implantadas outras colônias, em face da política de expansão para o Oeste, sobretudo em Goiás e Mato Grosso²⁴. Foram feitos também estudos visando determinar o local onde deveria ser construída a futura capital do país, Brasília, o que veio a se dar durante o Governo Juscelino Kubitschek (1955/60). Foi assim, o IBGE, sem nenhum caráter pejorativo, a instituição encarregada de fazer a Geografia do Poder, que permitisse uma expansão do espaço econômico e social no espaço geográfico brasileiro. Além de publicar inúmeros livros, o IBGE editou, durante muitos anos, um Boletim Geográfico, onde divulgava trabalhos de autores nacionais e estrangeiros, e a Revista Brasileira de Geografia, com mais de quarenta anos de circulação, e que se destacou, até 1967, por publicar estudos regionais e locais e trabalhos geo-políticos e/ou informações sobre a realidade nacional, bem enquadrados nos métodos da escola clássica.

Ao lado dessas duas instituições, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), desenvolveu um grande trabalho; fundada em 1934, em São Paulo, por Pierre Deffontaines, foi depois dirigida, durante muitos anos, por Pierre Mombeig. Inicialmente paulista, a Associação ganhou prestígio e influência nacionais na sua assembléia realizada em Lorena, Estado de São Paulo (1945), e, durante 25 anos, até 1970, realizou assembléias que congregavam, em média, cem geógrafos, em cidades diferentes e em estados também diferentes. Nessas assembléias, além de apresentarem teses e comunicações, os geógrafos realizavam excursões de campo e escreviam relatórios das áreas percorridas, discutindo-os no final da assembléia. O crescimento da comunidade de geógrafos porém, levou a direção da AGB a reformular os seus estatutos em 1970, passando a fazer grandes congressos ou encontros nacionais, de dois em dois anos, eliminando as excursões de pesquisa e substituindo-as por excursões de modelo tradicional, feitas pelos participantes, sob a orientação de um guia. Essa estrutura foi mais uma vez reformulada em 1979, quando o controle da Associação passou a ser feito pela maioria dos associados, podendo os estudantes de Geografia e as pessoas interessadas, mesmo não geógrafos, exercer qualquer cargo na diretoria da Associação. Os encontros continuaram a ser de dois em dois anos e o número de participantes foi consideravelmente elevado.

Na década de 50, mais precisamente em 1955, o Brasil acolheu o XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Inter

nacional, que trouxe para o Rio de Janeiro centenas de geógrafos de países diversos. Esse Congresso promoveu grandes excursões em que brasileiros e estrangeiros percorreram grandes áreas do território nacional, munidos de livros-guias, escritos por nacionais, abrindo uma possibilidade de cooperação entre instituições estrangeiras e brasileiras e um maior entrosamento entre os nossos geógrafos e os do exterior. Numerosos professores permaneceram por algum tempo no Brasil, promovendo cursos de curta e média duração e realizando conferências em vários estados brasileiros. Dos cursos aqui realizados merece referência especial o Curso de Altos Estudos, promovido pela Universidade do Brasil, sob a coordenação do Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, em que lecionaram professores como Karl Troll (Biogeografia), Erwin Rainz (Cartografia), Orlando Ribeiro (Geografia Histórica), André Cailleux (Sedimentologia), Pierre Birot (Geomorfologia), Pierre Mombeig (Geografia Agrária Tropical) e Pierre Deffontaines (Geografia da Pecuária). Na mesma ocasião Jean Tricart ministrou um curso de Geomorfologia Climática na Universidade estadual, atual UERJ. O Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, fundado na Universidade Federal da Bahia pelo Prof. Milton Santos, iniciou também um intercâmbio com a Universidade de Strasbourg, dando maior animação e desenvolvimento à Geografia baiana. A Universidade Federal de Pernambuco, por sua vez, contou, durante todo o ano de 1960, com colaboração, como professor visitante, de Michel Rochefort, hoje um dos grandes conhecedores da geografia brasileira.

O Congresso Internacional de Geografia teria desse modo, uma influência muito grande sobre a geografia brasileira, desenvolvendo sobretudo preocupações sociais, entre os nossos geógrafos, graças à influência exercida por Pierre George, contribuindo para que os estudos geográficos urbanos e industriais tivessem um maior desenvolvimento frente aos estudos agrários, então considerados mais importantes. Começava-se a quebrar os compromissos com a "geograficidade" de Vidal de la Blache; geograficidade defendida até recentemente por geógrafos mais ligados à tradição cultural e política e menos abertos à renovação. A preocupação com o social levaria alguns geógrafos ao engajamento político e à análise de problemas cruciais do país, como o da reforma agrária, o da degradação do meio ambiente, o da poluição das águas e do ar e à análise do processo de urbanização, com suas conseqüências sociais agudas. Neste período destacam-se, pelas preocupações sociais e pelo desejo de oferecer contribuições a mudanças, entre outros, os trabalhos de Orlando Valverde²⁵ e de Manuel Correia de Andrade²⁶. Enquanto isto, os estudos urbanos eram revolucionados, procura-

rando fugir àquela geografia urbana estatística, estabelecendo mapas funcionais e caracterizações de funções urbanas, para desenvolver estudos que encaravam a cidade como uma estrutura dinâmica e analisava as relações entre a cidade e a região... Nesta linha temos os trabalhos de Milton Santos, do período anterior a 1964²⁷.

A preocupação com o social e o econômico se acentuaria nos fins da década de 50, quando, ao período eufórico do pós guerra, seguiu-se uma crise econômica que levou o povo a pensar na viabilidade do Brasil como Nação, como Estado. Daí a preocupação com o planejamento econômico regional, com a criação de agências de desenvolvimento e com a tomada de posições ideológicas, diante da realidade nacional. Se a sociedade brasileira vivia uma crise e se sentia desestabilizada, procurou naturalmente, novos caminhos para a solução dos seus problemas; a comunidade de geógrafos, nela inserida, teria de participar desses caminhos, dessa procura. Grandes foram os debates travados nessa época, sobre a conveniência ou não da transferência da capital do país para o Planalto Central, e a forma como Brasília fora construída, debates sobre a estrutura agrária, altamente concentradora da propriedade da terra e da dificuldade de acesso ao uso e à propriedade da mesma, pelas massas rurais de trabalhadores; sobre a necessidade de desenvolver indústrias de bens de capital e de produção de energia; sobre a reforma administrativa e tributária que desse maior autonomia e maiores recursos aos estados; sobre a reforma universitária, até então profundamente elitista; sobre a modernização dos meios de transporte e comunicação; sobre o controle dos capitais estrangeiros e a facilidade de remessa de lucros; sobre a ocupação dos espaços vazios, etc. Os geógrafos, como os brasileiros em geral, se posicionaram em um leque de opções, havendo aqueles tradicionalistas que procuravam frear qualquer transformação de estrutura, aqueles que desejavam modernizar e ativar a economia, sem modificações estruturais, internacionalizando a exploração dos nossos recursos, e, finalmente, aqueles que pregavam uma série de reformas estruturais, defendendo uma modernização com mudanças sociais sensíveis. Na área da Geografia vários trabalhos foram publicados a respeito desta temática, apresentando sugestões e opções.

AS TENDÊNCIAS RECENTES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A opção capitalista, consolidada pelo Governo Brasileiro a partir de 1964, afastou a discussão que havia sobre a necessidade da reformulação da sociedade em suas bases, e conduziu o país a um modelo

de crescimento capitalista dependente. A nossa economia já se encontrava internacionalizada mas abriu-se ainda mais ao capital internacional, que passou a controlar as principais atividades econômicas do país, sobretudo a grande indústria e o comércio internacional, provocando, nos primeiros anos, um afluxo de capitais estrangeiros que dariam uma sensação de euforia e crescimento econômicos. Ao mesmo tempo, grandes investimentos foram feitos no setor da construção de obras de infraestrutura e da modernização agrícola, visando transformar cada unidade agrícola em uma empresa. Desaparecia, assim, parcialmente, a agricultura de subsistência, e a rede bancária se expandiria por todo o território nacional, levando o capitalismo ao campo. Para atender a essas modificações foi realizada uma drástica reforma da Universidade, filiando-a ao modelo norte-americano, embora não lhe fossem dados recursos necessários à execução desse modelo. A censura à imprensa e a divulgação de livros radicais iria ter uma grande influência sobre a formação científica e técnica da juventude. Este movimento, como era de esperar, atingiu o campo da produção de conhecimentos geográficos.

Os paradigmas da escola geográfica clássica ou tradicional já haviam se exaurido, com o levantamento de informações mais detalhadas sobre o território brasileiro, e os geógrafos sentiram a necessidade de abandonar o empirismo, então dominante na maioria dos autores, e de procurar paradigmas científicos que dessem ao geógrafo condições de competitividade com os demais cientistas sociais, nos trabalhos de planejamento que estavam sendo desenvolvidos. Nesse momento as agências de desenvolvimento passaram a estimular pesquisas universitárias, com o fim de melhor intervir no território, modernizando a economia, abrindo aos geógrafos a possibilidade de exercer a profissão fora dos quadros de ensino. Anteriormente, só o IBGE e alguns órgãos estaduais de menor expressão, admitiam geógrafos nos seus quadros, como pesquisadores e planejadores. Necessitaram, por isto, os geógrafos, de entender a linguagem dos economistas, de formação matemática, e aceitavam os postulados da filosofia neopositivista. Assim, justificavam o crescimento econômico, embora com bases em um grande desgaste ecológico, despreocupados dos problemas sociais. Isto porque, o modelo brasileiro, sem nenhum compromisso com a realidade nacional, procurava desenvolver um crescimento concentrador de renda, em proporções assustadoras, tanto a nível individual como territorial, que levava a força de trabalho, não especializada, ao desemprego, enquanto a especializada sofria séria contenção nos seus salários.

Para desenvolver este modelo e o legitimar, os cientistas e a Universidade seriam convocados a desenvolver o seu papel, facilitando e estimulando o desenvolvimento de teorias altamente alienadas. Este caminho seria conduzido no sentido de criticar a geografia clássica, não pela sua falta de paradigmas, mas pela sua objetividade empírica, substituindo a observação direta pelas grandes divagações abstratas, procurando aplicar à Geografia, a Economia e à Sociologia, modelos formulados para atender às necessidades da Física, esquecendo as peculiaridades das ciências sociais. Repetia-se assim, em nome da neutralidade científica, uma ideologia que já fora usada na Europa, no século XIX, no período de ascensão do capitalismo e da expansão colonial. Procurava-se levar o geógrafo a usar uma linguagem própria, pouco acessível aos não iniciados, e a usar a lógica formal e os métodos matemáticos e estatísticos, dando grande importância à teoria, usando métodos hipotético-dedutivos, mas na prática, esmeravam-se mais na elaboração metodológica do que na teórica. Numerosos estudos, nessa linha de pensamento, foram feitos, recebendo influência direta de autores anglo-saxões como Brian Berry, W. Burgess e Harvey, esquecendo que não dispúnhamos no país do mesmo nível de informações estatísticas que nos Estados Unidos e na Europa.

Os partidários da escola chamada de quantitativista ou teórica investiam sobre os trabalhos geográficos clássicos, com a fúria de missionários a cata de bruxas, classificando-os como não científicos e dizendo-se portadores de uma nova ciência que não tinha relação com a chamada escola clássica.

Sendo o IBGE um órgão governamental ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi o mesmo transformado, passando a trabalhar dentro dos cânones da nova doutrina científica. Numerosos sociólogos e economistas foram incluídos no seu corpo técnico, antes constituído quase exclusivamente por geógrafos, estatísticos e cartógrafos. Observou-se, a partir daí, uma completa transformação na linha de trabalho e de pensamento do IBGE, expressa na Revista Brasileira de Geografia, só arrefectada nos anos oitenta, quando, passado o período de euforia do chamado "milagre brasileiro", voltaram os geógrafos e a maioria dos técnicos à realidade do empobrecimento geral e, finalmente, à recessão. Nos meios universitários a corrente quantitativista faz longo proselitismo nas universidades Federal do Rio de Janeiro a de Rio Claro - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita - onde chegou a ser fundada uma Associação de Geografia Teórica (AGETEO) que publicou um Boletim de Geografia Teórica

ca, com mais de 20 números.

A fundação de cursos de pós-graduação em Geografia, nas universidades do Rio de Janeiro (1972), de Pernambuco (1975), no campus de Rio Claro da UNESP (1977) e na Universidade Federal de Sergipe (1983) e a reorganização do sistema de pós-graduação, iniciado em 1961, na Universidade de São Paulo, nos moldes padronizados pelo Governo Federal, provocaram um forte crescimento da produção geográfica e do debate de idéias a respeito dos caminhos metodológicos e epistemológicos seguidos pela Geografia. Os debates transbordaram para as associações de geógrafos e se vêm multiplicando os encontros, seminários e simpósios promovidos pelas universidades, pela AGB e por outras instituições. O domínio do neopositivismo, que trouxe um forte engajamento da Geografia à matemática e à estatística e que comprometera a mesma com o modelo econômico brasileiro, teve o seu período de maior esplendor na fase de euforia do crescimento capitalista, quando o país se beneficiou dos elevados preços alcançados pelos seus produtos no mercado internacional, sobretudo o café, a soja, o cacau e o açúcar; época em que o país realizou grandes obras de infra-estrutura, sobretudo nos setores rodoviário e de construção de represas para produção de energia elétrica.

A crise econômica e o abrandamento da censura a livros e revistas científicas porém, iriam provocar uma reação ao quantitativismo, estimulada ainda pelo agravamento da situação econômica dos assalariados, pela quebra e recuo da importância de pequenas empresas e pelos desastres ecológicos que se sucederam em vários pontos do país. Os clássicos da Geografia voltaram a ser motivo de análise e de reflexão; no meio acadêmico, a convivência com especialistas de outras áreas, conduziu a um aprofundamento da análise crítica, tanto do saber geográfico como da sociedade.

Como aconteceu no mundo anglo-saxão, numerosos geógrafos quantitativistas reformularam suas posições, passaram a demonstrar interesse pela análise do impacto social e ecológico de desenvolvimento capitalista; deixaram de se limitar a reunir dados estatísticos que, através da elaboração de análise fatorial, da cadeia de Markov e de outros modelos, tentavam medir a área de influência de cidades e a delimitação de regiões, desenvolvendo uma análise crítica das áreas estudadas. Reconhecendo que erraram ao hipertrofiar o uso de modelos matemáticos, continuam porém influenciados pela filosofia positivista, a raciocinar em termos especializados e setoriais. Seus estudos nem sempre têm sensibilidade de analisar as implicações sociais dos impac-

tos das obras construídas pelo homem. Alguns deles, influenciados por duas revistas radicais, de grande penetração no país, a norte-americana *Antipode* e a francesa *Herodote*, passaram a optar por uma postura marxista, absorvendo mais a doutrina do que a metodologia marxista. Daí a manutenção de uma postura hipotético-dedutiva, nem sempre feliz na análise da problemática nacional.

A reação contra o quantitativismo e o seu balanço crítico seriam iniciados por grupos que sempre o contestaram, mas tomariam maior impulso após a publicação do nº 54 do *Boletim Paulista de Geografia*, onde vários autores publicaram artigos criticando as formulações neo-positivistas e propondo novos caminhos para o pensamento geográfico, caminhos que melhor atendessem no desafio da realidade brasileira²⁸. A partir de então a crise econômica foi se aprofundando, o autoritarismo político se amenizando e o quantitativismo, abandonado total ou parcialmente pelos seus promotores, foi perdendo espaço. Em 1978, no encontro realizado pela AGB em Fortaleza, os quantitativistas, inteiramente superados, praticamente não ofereceram resistência aos ataques e o quantitativismo tornou-se apenas uma referência histórica no processo de produção do conhecimento geográfico no Brasil.

O pensamento crítico passou a crescer e a ter maior influência; em 1975 foi criado no Recife, Pernambuco, um curso de pós-graduação em Geografia, com alunos dos mais diversos estados do Brasil, que passaram a desenvolver, ao lado das atividades didáticas, uma série de atividades extra-curriculares. De 1976 a 1979 este curso teve uma grande influência na abertura de novos espaços para a difusão e a crítica da elaboração do pensamento geográfico no Brasil.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros que sempre foi um fórum de debates dos problemas geográficos e onde se defrontavam as várias correntes de pensamento, continuou a ser o ponto de confluência das várias tendências e correntes de pensamento, realizando seus encontros, de dois em dois anos, com a participação de centenas de geógrafos que realizam debates em painéis, mesas redondas e apresentação de teses e comunicações.

Uma comissão de consultores, convocados pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, vem realizando um trabalho de levantamento das condições do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil, tendo realizado, em março de 1983, um Simpósio sobre Teoria e Ensino da Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais, em que foram discutidos temas

os mais diversos, ligados à Natureza da Geografia e também às relações entre a Natureza e a Sociedade, o Período Técnico-Científico e a Organização do Espaço, o Estado, a Sociedade e a Produção do Espaço, a Questão da Escala em Geografia e a Articulação dos Níveis de Ensino e as relações entre Bacharelado e Licenciatura. As contribuições a este seminário, pelo nível que apresentaram, e pelo compromisso com a realidade brasileira, com uma formulação desalienada, trarão boas perspectivas à reformulação do ensino da Geografia no Brasil, no momento em que o país atravessa a maior crise que já enfrentou e da qual só poderá sair se viabilizar uma profunda reforma estrutural que transforme a estrutura de classes, elaborada no período colonial e ainda hoje, em grande parte, vigente.

Merece ainda especial atenção, pela importância que teve, a Conferência Regional Latino Americana, realizada em agosto de 1982, com simpósios e mesas redondas, em várias cidades do país e com o comparecimento maciço de geógrafos brasileiros e estrangeiros²⁹, como um marco da maior importância na evolução da Geografia Brasileira.

As preocupações teóricas com uma epistemologia da Geografia, com a história do pensamento geográfico vêm sendo objeto de preocupação e de estudo de numerosos geógrafos. Assim, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro elaborou um livro sobre a Geografia brasileira e a procura de novos paradigmas para a mesma³⁰, Pascuale Petrone escreveu um substancioso ensaio sobre a evolução da Geografia Humana³¹, Milton Santos em vários dos seus livros³² e em uma antologia, procurou traçar propostas de rumos para a evolução do conhecimento geográfico e para o desenvolvimento da geografia brasileira e Rui Moreira³³ e Antonio Christofoletti³⁴ organizaram antologias que dão uma visão dos vários caminhos trilhados pelo pensamento geográfico. Dentro em pouco serão publicadas antologias com análise crítica e textos de Elisée Reclus e de Pierre George, organizados por Manuel Correia de Andrade.

Deixando de lado as velhas tendências dos geógrafos tradicionalistas, que continuam a fazer uma Geografia voltada para a descrição de paisagens, e dos quantitativistas, pouco numerosos, que continuam a usar modelos matemáticos, sem compromissos com o real, a geografia brasileira atravessa um período rico de inovações e de procura de caminhos de interesse cultural que também trazem contribuições à solução dos graves problemas econômicos, sociais e ecológicos, comprometendo-se desse modo com uma verdadeira geografia social. Dentre as principais tendências podemos salientar aquelas que

têm tido maior participação nos debates científicos, as referentes a reformulações da sociedade e do Estado.

Na área da Geografia Física observa-se uma maior integração dos geógrafos com as implicações antrópicas na formação do relevo e no papel desempenhado pelas condições climáticas; geomorfólogos, que a partir da década de Cinquenta abandonaram os postulados de M.M. Davis e adotaram as idéias morfo-Climatológicas de Tricart, passaram a integrar mais os elementos condições naturais e ação do homem, caminhando em direção a uma Geo-climatologia. Assim, Aziz Ab'Saber vem reformulando a análise do meio natural na linha mais moderna, tanto em trabalhos acadêmicos como em campanhas em favor de tombamento de áreas ainda pouco devastadas, como a Serra do Mar, e contra a implantação de grandes obras públicas em locais não favoráveis ecologicamente; Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro vem, com discípulos e orientandos, desenvolvendo estudos de climatologia, correlacionando a distribuição das chuvas com a expansão agrícola e desenvolvendo o Estudo da poluição sobre micro-áreas climáticas, sobretudo nas grandes cidades. Observa-se assim, nas atitudes dos dois mestres paulistas, que se caminha para o desaparecimento do velho dualismo Geografia Física/Geografia Humana que tanto prejudicou o desenvolvimento da Geografia, para uma integração entre as várias divisões que o neo-positivismo estimulou se desenvolvesse na área do conhecimento geográfico.

A Geografia Social vem apresentando rumos diversos: alguns autores que não vêm se dedicando ao trabalho de campo, não têm o hábito da observação sobre o terreno desenvolvem grandes teorizações e fazem grandes abstrações sobre relação natureza/sociedade, sobre modo de produção, sobre importância das formações sociais, tentando desenvolver uma visão do espaço a partir das idéias e conclusões dos trabalhos de Marx. Alguns até procuram minimizar a importância da natureza na produção do espaço, contrariando assim os fundadores do marxismo, Marx e Engels, que davam uma grande importância à análise da natureza, como se pode observar nos livros "Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro" e "Dialética da Natureza", escritos pelos fundadores do "Socialismo Científico". Outros autores, com posições político-ideológicas semelhantes, preferem utilizar o método marxista, em vez das conclusões do respeitado filósofo alemão, e partem da análise da realidade brasileira, do processo de colonização e do processo de formações sociais que dominam nas várias regiões do país, para chegarem à análise da

produção do espaço, da utilização do território a das características da sociedade, em um país que ainda mantém fortes ligações com o passado colonial, apesar de politicamente independente há mais de 150 anos. Sente-se nesse grupo, naturalmente, uma grande influência do pensador marxista Caio Prado Junior que publicando livros sobre o Brasil, desde a década de trinta, de envolvendo a praxis, sem fazer grandes deduções. Armado de sua filosofia ele analisa a realidade e desenvolve o raciocínio, como Marx o teria feito se visse e estudasse o Brasil de hoje. Daí a sua contribuição à renovação do pensamento marxista brasileiro e a contestação a outros pensadores marxistas que admitem que nós teríamos tido os mesmos modos de produção que Marx constatou na Europa e que o grande problema nacional seria a eliminação de restos feudais, para que o capitalismo se desenvolvesse. O que ocorreu no Brasil porém foi a expansão do capitalismo colonial, a partir do século XVI, e a criação de um modo de produção dependente, o escravismo colonial³⁵ que foi suplantado pela dinâmica da evolução, sendo gradativamente substituído, nas relações de trabalho, por formações sociais diversificadas, até a fase em que o país se encontra, com a difusão das relações de trabalho, típicas do capitalismo, em todo o seu território. Estes geógrafos, apesar de comprometidos com a Geografia Social, ao analisarem o espaço brasileiro, não diminuem a importância das condições naturais, lembrando porém que essas condições são limitantes ao desenvolvimento da sociedade, quando o homem não dispõe de tecnologia e de capital para transformá-las. E, ao transformá-las, a sociedade o faz através de decisões políticas, tomadas, naturalmente, em função de pressões sociais e no interesse dos grupos e classes sociais que detêm o poder.

Uma terceira tendência, de origem Kantiano e influenciada pelas idéias da Geografia Cultural de Sauer, começa a penetrar no pensamento geográfico brasileiro, o da chamada geografia da percepção, através do trabalho desenvolvido pela geógrafa Livia de Oliveira, que recentemente traduziu duas obras do geógrafo Yi-Fu Tuan³⁶. Entre os adeptos da nova tendência sobressaem-se antigos militantes do quantitativo.

Observa-se assim que a Geografia brasileira se desenvolveu inicialmente sob a influência da Escola Geográfica Francesa e, em menor escala, sob a influência alemã. Essa tendência dominou nas décadas de 30, 40 e 50, abrindo-se consideravelmente para a ala mais avançada, mais comprometida com a evolução da mesma, após a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro; daí a gran-

de influência, em um certo período, de geógrafos como Pierre George, Pierre Monbeig, Michel Philliponeau, Jean Tricart e Michel Rochefort. Na década de Sessenta, quando o Brasil passou a ter uma ligação maior com os Estados Unidos e as instituições universitárias foram reorganizadas, de acordo com o modelo americano, a escola francesa perdeu influência, em favor da anglo-saxã. O imperialismo econômico traz consigo também a dominação cultural. Finalmente, nos fins da década de Setenta e nos primeiros anos da de Oitenta, observa-se uma tendência a posições próprias, de geógrafos do próprio país, mantendo relações, intercâmbio, mais do que dependência, com várias escolas geográficas estrangeiras, sobretudo com a francesa e a anglo-americana. Espera-se que com a evolução que ora ocorre, os geógrafos brasileiros pensem o Brasil, de forma brasileira, descobrindo os desafios da sociedade nacional com respostas nacionais a esses desafios. Não se quer com isto desligar a Geografia brasileira da Geografia universal, de vez que em ciência, mesmo social, ao lado das particularidades nacionais e regionais, não se pode esquecer os princípios gerais que são de validade para o mundo inteiro.

NOTAS

- ¹ Garnier Livraire Editor. Paris, 1899.
- ² Armand Colin, Paris, 1921
- ³ Trabalhos publicados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sob o título *Questões de Limites, nas Obras Completas, vol. I, V e VII em 1946 e 1947.*
- ⁴ *O Direito do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1941.*
- ⁵ *Os Sertões (campanha de Canudos) em Obra Completa, organizado sob a direção de Afrânio Coutinho, vol. I. pags. 91/490. Companhia José Aguilar Editora, Rio de Janeiro, 1965.*
- ⁶ *Uma Região Tropical. Cia. Editora Fon-Fon e Seleta. Rio de Janeiro, 1970*
- ⁷ *O Nordeste Brasileiro. Introdução de Manuel Correia de Andrade, 2ª edição. Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1970.*
- ⁸ *Le Brésil Meridional (Étude Economique sur les Etats de Sud. Éditions GARNIER Paris, 1910; Météorologie du Brésil. John Sale, Sons de Niplsson Ltd. Londres, 1917 e Phylsiographie do Brasil, F. Brijiet & Cia. Rio de Janeiro, 1926.*
- ⁹ *Methodologia do Ensino Geographico (In*

- rodução ao Estudo de Geographia Moderna) Typographia da "Vozes de Petrópolis" Petrópolis, 1925.
- 10^A Geopolítica Geral e do Brasil. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1952.
 - 11¹ Projeção Continental do Brasil. 4ª edição. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1947.
 - 12² Geopolítica do Brasil. Edição da Biblioteca Militar. Rio de Janeiro, 1947.
 - 13³ Geopolítica do Brasil. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1967.
 - 14^A Geopolítica e as Projeções de Poder. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1977.
 - 15^{De} Pierre Mombeig salienta-se a sua tese de doutorado *Pionners et Plan-teurs de São Paulo*, Lib. Armand Colin, Paris, 1952 e de Pierre Deffontaines a Geografia Humana do Brasil, publicada na Revista Brasileira de Geografia e depois pela Editora da Casa do Estudante do Brasil.
 - 16⁶ Geografia Tropical do Brasil. Conselho Nacional de Geografia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
 - 17⁷ Livraria Martins Editora. São Paulo, 1943.
 - 18⁸ Geografia da Fome. A Fome no Brasil. Empresa Gráfica O Cruzeiro S/A. Rio de Janeiro, 1946 e Geopolítica da Fome. Ensaio sobre os Problemas de Alimentação e Habitação no Mundo. Liv. Editora da Casa do Estudante. Rio de Janeiro, s/d.
 - 19^A primeira tese de doutoramento em Geografia, defendida na USP e no Brasil foi a de Maria da Conceição Vicente de Carvalho, intitulada Santos e Geografia Urbana do Litoral Paulista, defendida em 1944. A ela se seguiram numerosas outras, dentre as quais salientamos A Baixada de Rio Itanhaém (Bol. nº 116) de José Ribeiro de Araújo Filho, Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo (Bol. nº 132) de Nice Lecocq Muller, Paisagens Culturais da Baixada Fluminense (Bol. nº 60) de Renato Silveira Mendes, Geomorfologia do Sítio de São Paulo (Bol. nº 219) de Aziz Nacib Ab'Saber, Subúrbios Orientais de São Paulo de Aroldo de Azevedo, A Baixada do Ribeira, Estudo de Geografia Humana (Bol. nº 233) de Pasquale Petrone, As Baixadas Litorâneas Quentes e Umidas (Bol. nº 165) de João Dias da Silveira, etc. todas publicadas nos Boletins da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Também merece referência a tese de Dirceu Lino de Matos, publicada pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1958, Vinhedos e Viti-cultores de São Roque e Jundiá (São Paulo).
 - 20^A tese de Ari França - A Ilha de São Sebastião, Estudo de Geografia Humana (Bol. nº 179) da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1961.
 - 21¹ Teixeira de Freitas em A Redivisão Política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano III nº 3 pags. 555/588. Rio de Janeiro, 1941.
 - 22² Guimarães, Fábio de Macedo Soares - Divisão Regional do Brasil in Revista Brasileira de Geografia abril-julho de 1941, pags. 319/345 Rio de Janeiro, 1941.
 - 23³ Orlando Valverde em Excursão à região Colonial Antiga de Rio Grande do Sul. Rev. Brasileira de Geografia, Ano X nº 4, 1942. Preston E. James, O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil. Rev. Brasileira de Geografia Ano I nº 4, 1939, entre outros artigos.
 - 24⁴ Faissol, Esperidião - O Mato Grosso de Goiás, Conselho Nacional de Geografia IBGE. Rio de Janeiro, 1952.
 - 25⁵ Entre vários artigos podemos destacar Estudo Regional de Zona da Mata de Minas Gerais, na Revista Brasileira de Geografia, Ano XX nº 1 (1958). Geografia Agrária do Baixo Açu, na mesma revista, Ano XXIII (1961) e o Uso da Terra no Leste da Paraíba, também na Revista Brasileira de Geografia, Ano XVII (1955).
 - 26⁶ Sobretudo o livro A Terra e o Homem no Nordeste, lançado com prefácio de Caio Prado Junior em 1963 e hoje em 4ª edição, da Livraria Editora de Ciências Humanas. São Paulo, 1980.
 - 27⁷ Dentre outros, podem ser salientados, a Cidade como Centro de Região Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da UFBA, Salvador, 1959 e a Cidade nos Países Subdesenvolvidos. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.
 - 28⁸ Neste número foram publicados os artigos O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira de Manuel

Correia de Andrade; O "Econômico" na obra Geografia Econômica de Pierre George; Elementos para uma discussão de Ariovaldo V. de Oliveira; Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método de Milton Santos; Os Postulados da Análise Funcional na Geografia e seus Aspectos Ideológicos de Silvio Bray e Desenvolvimento da Comunidade no Processo de Urbanização: Notas para uma crítica às Teorias Sociológicas de Planejamento de Henrique Rattner. O Boletim 54 foi publicado em junho de 1977, pela Seção de São Paulo da AGB.

ABSTRACT

ANDRADE analyzes the historical roots and scientific development of the Brazilian Geography and geography teaching at university level. The author emphasizes that social, economic and political facts decisively contribute to this process and the configuration of today's tendencies.

The phase of formation of Scientific Geography - 30's and 40's - is characterized by a strong influence of French geography and, to a lesser degree, of German geography.

The University of São Paulo (USP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics were of great importance to the consolidation of Scientific Geography in Brazil - 50's and 60's - when Brazilian geographers were specially worried about regional research and regionalization. At this time the Brazilian Geographers's Association (AGB) began to hold international congresses whose discussions emphasized the preoccupation with social and economic conditions which brought about suggestions to regional planning and modernization of the Brazilian space.

From 1964, when the military government adopted the dependent capitalistic growth pattern, geography presents Theoretical Geography as a recent tendency oriented by neopositivism, whose centers of study are the universities of Rio de Janeiro and Rio Claro (São Paulo).

The author also develops reflections which follow critical and radical positions partially Marxist of the magazines Herodote (French) and Antipode (USA), emphasizing his engagement with the transformation of the existing social and spatial structure. He identifies Geography of Perception as the most recent tendency.

- ²⁹ Dentre os Geógrafos estrangeiros que tiveram grande participação no evento podemos destacar os franceses Michel Phillipponeau, Michel Rochefort, Paul Claval, Jacqueline Boujeu-Gernier, o japonês Tanabe, o moçambicano Manuel Araujo, o soviético Guerassinov, etc.
- ³⁰ A Geografia no Brasil (1934/??) Avaliação e Tendências. Instituto de Geografia. São Paulo, 1980.
- ³¹ Geografia Humana, capítulo XII da História das Ciências no Brasil. EDUSP/EPU. São Paulo, 1979.
- ³² Por uma Geografia Nova HUCITEC/EDUSP, São Paulo, 1978; Espaço e Sociedade, Editora Vozes. Petrópolis, 1979 e Novos Rumos da Geografia Brasileira HUCITEC, São Paulo, 1982.
- ³³ Geografia: Teoria e Crítica. Editora Vozes. Petrópolis, 1932.
- ³⁴ Perspectivas da Geografia. DIFEL, Rio de Janeiro, 1982
- ³⁵ Sobre o assunto é interessante consultar Caio Prado Junior em A Revolução Brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo, 1967 e Jacob Gerender em O Escravismo Colonial. Editora Ática. São Paulo, 1978.
- ³⁶ TOPOFILIA e Espaço e Lugar publicados pela DIFEL, Rio de Janeiro, 1980 e 1983, respectivamente.